Entrevista | Giancarlo Corrêa Miranda

Presidente Sinpol

Pressionado por acampamento de policiais governo analisa nova proposta de reajuste, afirma sindicato

Acampados há duas semanas em frente da Governadoria o Sinpol protesta contra a proposta de "reajuste zero" para os servidores estaduais. O presidente, Giancarlo Corrêa Miranda, afirma que com a pressão do protesto o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) pediu até o dia 3 de julho para reavaliar a possibilidade ou não de ao menos repor o reajuste inflacionário para a categoria.

"Nós tivemos uma reunião com o governador, ele manteve o zero e pediu o prazo até o dia 3 de julho para divulgar se haverá uma reposição ou se o zero será mantido. Enquanto isso, nos permanecemos acampados porque nós queremos reposição inflacionária", afirma Miranda.

O estopim para a Polícia Civil, de acordo com o Sinpol, foi o reajuste salarial congelado há três anos, mas a categoria questiona a falta de estrutura física e pessoal da segurança pública no Estado.

De acordo com Miranda, há municípios do interior que não contam com a presença de policiais, além de Campo Grande operar com apenas duas delegacias plantonistas para atender uma população de aproximadamente 800 mil nos fins de semana e feriados. "Queremos a valorização dos profissionais", comenta.

Por Eduardo Coutinho

'Não descartamos a greve'

Marcelo Victor

> Não descartamos (a greve), mas não queremos de forma alguma prejudicar a sociedade. Pode ser que chegue num momento que não há mais diálogo

> Governo alega não ter condições financeiras para fazer até mesmo a reposição inflacionária dos salários dos servidores (...), como ele vai nomear?

O Estado - **Qual a condição da Polícia Civil hoje no Estado?**

Miranda- Hoje a Polícia Civil tem carência grande de efetivo, condições de trabalho não são adequadas podemos mostrar todas as delegacias de polícia civil do nosso Estado, e em todas há alguma deficiência, seja de móveis, a situação das celas que não tem estrutura para abrigar presos, no atendimento, equipamentos. Nós temos aí um grande déficit tanto de efetivo como de condições de trabalho. Recebemos agora novas viaturas, são Blazer, Fiat Uno, Mob, que vieram para somar, mas é carência que já vem se arrastando, a última compra tinha sido em 2008. A gente precisa de uma política que tenha a continuidade na aquisição de equipamentos, viaturas, recursos, reformas de delegacias. Se olharmos as Depacs de Campo Grande, tanto as do centro quanto a da Piratininga que são em tese o portal de entrada da recepção da Polícia Civil para quem é vítima de qualquer tipo de crime, chega lá e a pessoa é vítima de outro crime também porque o polícia não tem condições, e servidores suficiente para atender.

O Estado - **Atualmente Campo Grande conta com apenas duas delegacias que operam por 24h. É suficiente?**

Miranda - Estamos hoje fazendo apenas o serviço burocrático, somente para guardar, porque a investigação daquilo não vai haver, para o policial, porque ele não está ali para fazer apenas a ocorrência. Teria que haver o planejamento das delegacias que são das áreas da capital são 7, elas teriam um plantão próprio, o policial já sai em deslocamento dali e já inicia as investigações, seja num sábado ou num domingo, seria um atendimento mais personalizado e daria a resposta que a população precisa, a concentração em duas delegacias gera uma máquina de ocorrências, mas as investigações elas vão sendo depois, porque se registra uma ocorrência hoje, vai ser encaminhada para a delegacia da área no dia seguinte, o delegado despacha para o próximo dia, e vai ter investigação no depois desse dia, se é televisão ou bicicleta, fica muito difícil identificar o crime, então é necessário uma ação pronta e eficaz. A partir do momento que você coloca várias burocracias nesse processo, você não tem a solução adequada.

O Estado - **Além das estrutura, vocês protestam contra a remuneração?**

Miranda - O que chama a atenção é o desvio de função, e a falta de valorização, a carência de efetivo, falta de condições de trabalho embora veio equipamento e viaturas novas, e o principal é a falta da valorização profissional que é a razão pela qual estamos aqui acampados, protestando contra o governo do Estado, principalmente na relação que ele nos fez o compromisso em 2014 reiterou em 2015, 2016 os secretários Eduardo Ridel e Carlos Roberto Assis repactuaram esse compromisso, alguns itens foram cumpridos, mas o principal, que é a reestruturação da carreira, com a valorização do policial para chegar ao seu salário e com a promessa do governador do Estado e dos seus secretários de encaminhar esse projeto até o dia 31 de maio não foi cumprido. O protesto principal é esse porque até maio, nos bastidores do governo nós tínhamos a certeza de que o governo iria atender as nossas reinvindicações. Nós tínhamos o compromisso e a palavra do governador que iria cumprir, mas no dia 31 e fomos surpreendidos, todos, sindicatos e categorias, que não haveria o atendimento, nem teria um prazo para estabelecer o projeto, depois disso fizemos uma assembleia geral que deliberou um protesto contra o governo que foi uma queima de um caixão em frente da Governadoria, simbolizando os compromissos do governador, queimado porque que não vale nada, e depois na sequência fizemos um protesto na Assembleia Legislativa, com outros servidores, pois quando ele faltou o compromisso conosco ele também não deu reposição inflacionária para ninguém. Estamos pleiteando é um direito legítimo, luta por condições de trabalho, salário e sobre tudo reposição inflacionária.

O Estado - **Mas do ato na Assembleia criou-se uma comissão para interlocução dos deputados com o governo. Houve avanço?**

Miranda - Nós tivemos uma reunião com o governador, ele manteve o zero e pediu o prazo até o dia 3 de julho para divulgar se haverá reposição ou se o zero será mantido. Enquanto isso, nós permanecemos acampados porque nós queremos reposição inflacionária e também o cumprimento da palavra do governador.

O Estado - **O governador explica que não tem condições financeiras para o reajuste e sugeriu o abono. Qual é a avaliação sobre isso?**

Miranda - Em 2016 nós já fomos contra o abono, queríamos que houvesse um índice percentual, não houve avanço no nosso pleito e o governo manteve o abono de 200 reais. Esse ano nosso pedido é para a incorporação desses 200 reais. O governo mais uma vez alega que a incorporação do abono no salário ele vai ter mais despesas, e não consegue pagar, mas a gente mantém o pleito e essa reinvindicação justa de incorporar o abono, porque o abono não faz parte do subsídio, não contribui para a Previdência, ele contribui inclusive para o deficit da Previdência, temos de ter um subsídio que seja adequado, que incorpore o abono, o governo está fazendo abono de forma ilegal, tanto é que ele é temporário, e renovou para mais um ano, queremos que ele incorpore.

O Estado - **Você fala sobre a valorização da carreira, no meio de toda essa turbulência, foi aberto concurso da Polícia Civil para o aumento do efetivo. Qual a posição do sindicato?**

Miranda - O concurso ele teve a autorização em dezembro de 2015, em dezembro de 2016 ele fez aniversário de atualização, e essa atualização foi o pleito do Sinpol, obviamente temos carência de efetivo precisamos de policiais, há várias cidades que não tem sequer um policial de plantão e precisamos dar o atendimento necessário a população sul-mato-grossense, dar segurança que precisa. Entretanto o governo foi protelando esse concurso, nós participamos da Comissão que organizou o edital, mas agora que fizemos esse protesto, o governo lança o edital. Há o contraditório, primeiramente um governo alega não ter condições financeiras para fazer até mesmo a reposição inflacionária dos salários dos servidores e também dos policiais civis, ele vai realizar um concurso para 210 vagas, como ele vai nomear esses que vão entrar? Se ele alega que não tem condições de fazer reposição inflacionária, ele está fazendo esse concurso como forma de fazer o contraponto com nossa luta, depois ele não vai ter condições de nomear esses policiais? Ele tem de trabalhar de uma forma verdadeira, não é lançar o concurso simplesmente para dizer que vai reforçar o efetivo para valorizar, porque não vai. Queremos sim policiais, mas o governo tem de mostrar e valorizar o policial da ativa, e vai conseguir também nomear o novo policial, não é ficar postergando a nomeação como faz com vários concursos.

O Estado - **Nesses dias de acampamento vocês conseguiram fazer o governo repensar no reajuste, mas caso o governo afirme que vai manter o 'zero', quais são os próximos passos?**

Miranda - Nós temos falado para a categoria que precisamos aí manter a mobilização, os policiais que estão mobilizados. A nossa principal conquista foi a união da categoria, nós nunca tivemos uma categoria tão unida como esta agora, porque o objetivo de todos é o mesmo, todos se sentiram esperançosos com a eleição do Reinaldo Azambuja, com as promessas que ele fez, os compromissos firmados, inclusive em documentos. E acreditaram que em maio eles seriam atendidos, depois que não ocorreram esses compromissos, a deliberação de fazer o acampamento surgiu da própria categoria, nós não conduzimos. E esse protesto não tem data para encerrar, só vai se encerrar a partir de o governador atender o compromisso que fez, conversar conosco aqui, ele pode vir conversar a qualquer momento, e falar que ele atender a esse compromisso ou falar que não vai atender. Não adianta o governo usar muito da publicidade do marketing, para dizer que está fazendo muito para o povo sul mato-grossense para sua segurança pública, quando na verdade não é isso que acontece, se olharmos aí as feições de todos os policiais civis do nosso Estado, todos estão indignados. O nosso prazo é o prazo do governo, se ele não atender a gente até 31 de dezembro de 2018 é o tempo que ficaremos aqui, isso serve de exemplo para todos os policiais civis, eles tem que saber que nós acreditamos que nós queremos o posicionamento concreto dele, são 3 anos sem reajuste.

O Estado - **Tem a possibilidade de uma greve?**

Miranda - Não descartamos a greve, mas não queremos de forma alguma prejudicar a sociedade. Pode ser que chegue num momento que não há mais diálogo, em que o governo venha em uma situação para prejudicar os policiais civis, aí se a revolta for tão grande, podemos paralisar, mas a princípio nós não faremos nenhuma paralisação, nenhuma greve, apenas o acampamento e outros protestos, somente para mostrar para o governo do Estado que nós não concordamos com essa falta de valorização dos policiais civis.

Perfil

Nome: Giancarlo Corrêa Miranda
Naturalidade: Campo Grande
Atuação: Presidente Sinpol MS.
Ocupação atual: Formação: superior em direito, pós-graduado em 'Gestão em Segurança Pública', Miranda é escrivão da Polícia Civil desde 2004.
Cargo atual: atualmente Giancarlo é presidente do Sinpol, foi eleito para o triênio 2015-2018. Diretor jurídico da UGT-MS (União Geral dos Trabalhadores de MS)